

**Soraia Faria**

---

**Para:** João Mendes**Assunto:** RE: Participação pública relativa ao Projeto de Decreto Legislativo Regional nº31/XIII (PS)

---

**De:** João Mendes [REDACTED]**Enviada:** 23 de abril de 2025 15:09**Para:** Apreciacao Publica <apreciacaopublica@alra.pt>**Assunto:** Participação pública relativa ao Projeto de Decreto Legislativo Regional nº31/XIII (PS)

Exmos. Senhores,

Como cidadã/cidadão preocupada/o com a proteção da natureza e do mar dos Açores, sou contra o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XIII (PS), que quer alterar a lei que criou o Parque Marinho dos Açores. Esta proposta põe em causa os avanços feitos na proteção da vida marinha nos últimos anos. Desclassificar áreas protegidas é um grande erro, principalmente numa altura em que o planeta enfrenta uma crise climática e de biodiversidade que exige mais ação, não menos.

As Áreas Marinhas Protegidas não devem ser usadas como arma política. A destruição dos oceanos causada pela atividade humana é grave, e 190 países já reconheceram a importância destas áreas. Restaurar a biodiversidade marinha não é uma escolha, é uma necessidade. As zonas totalmente protegidas ajudam até na pesca — os peixes reproduzem-se mais e voltam às zonas vizinhas. Quando é tão importante seguir em frente, voltar atrás é inaceitável.

Estou de acordo com a iniciativa Blue Azores, que aposta num desenvolvimento sustentável baseado na valorização do oceano. Esta proposta ignora o trabalho técnico e científico que justificou a criação das áreas protegidas. Proteger o mar dos Açores é garantir o futuro da região, o bem-estar das pessoas e o reconhecimento internacional como exemplo de conservação. Por isso, peço que esta proposta seja rejeitada.

Na minha qualidade de estudante de biologia com ambição de preservar o território nacional, esta proposta de pesca dentro de uma área marinha protegida é um total retrocesso a todas as conquistas que Portugal tem realizado no âmbito da preservação de território nacional. Esta proposta ser ponderada só demonstra a importância que as zonas protegidas são para a ALRAA

Como estudantes de biologia reconhecemos a importância de todos os seres vivos no ecossistema, porém existem espécies chaves para que este ecossistema se encontre em equilíbrio, e o atum é uma destas, uma vez que:

(1) São predadores no topo das cadeias alimentares, que se alimentam de uma variedade de presas, sendo, também, alimento de outros predadores de topo, como tubarões ou mamíferos marinhos. Desempenham, assim, um papel importante na manutenção da estabilidade, funcionamento e resiliência dos ecossistemas oceânicos. A pesca, nomeadamente de grandes predadores, interfere com estas interações naturais predador-presa, provocando efeitos de cascata nas teias alimentares que levam a desequilíbrios na estrutura dos ecossistemas e, por consequência, a perdas de funções e serviços dos ecossistemas.

(2) Através do seu comportamento predatório, as espécies de atum também promovem outras interações complexas — ao concentrar os cardumes de pequenos peixes, como o chicharro, junto à superfície, os atuns contribuem para a alimentação de aves marinhas, mamíferos marinhos e tubarões, entre outros, tal como demonstrado através de estudos da Universidade dos Açores.

(3) Enquanto migradores entre ambientes oceânicos, transportam nutrientes entre a superfície e as zonas mais profundas, contribuindo para o ciclo de nutrientes e, potencialmente, para o ciclo de carbono no oceano.

O desequilíbrio destas populações poderá ter consequências irreversíveis nas nossas populações de atum o que poderá levar a um colapso terrível às cotas nacionais.

Com os melhores cumprimentos,  
João Mendes